



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

DATA DA REUNIÃO: VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: EDIFÍCIO SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CAMPO (S. MARTINHO), SÃO SALVADOR DO CAMPO E NEGRELOS (S. MAMEDE).-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR ENG. MANUEL LUCIANO DA COSTA GOMES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----



HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E QUARENTA MINUTOS.-----
HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS.-----
SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA
SALGADO MAGALHÃES.-----
**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM
DO DIA:** A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) O senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de treze do corrente mês de dezembro, do qual se junta cópia à presente ata, que delegou no senhor vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa a competência para “determinar a instrução dos processos de contraordenação e aplicar coimas”.-----

DESPACHO

Delegação de competências no senhor vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa

- Processos de contraordenação

Na sequência do meu despacho de 21 de outubro último, que distribuiu pelos senhores vereadores funções de coordenação relativamente a algumas áreas de atuação municipal, e atenta a diversidade e amplitude das áreas de atuação da Câmara Municipal, que me compete coordenar;-----

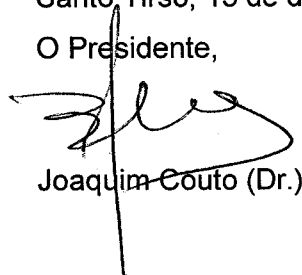
Considerando que na adoção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e eficaz;-----

Ao abrigo do disposto no artº 36º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delego no senhor vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa, a minha competência própria prevista na alínea n) do nº 2 do artº 35º da mesma lei, para *"determinar a instrução dos processos de contra-ordenação e aplicar as coimas"*, relativamente a todos os factos puníveis legal ou regularmente como contraordenação cujo processamento e a aplicação das respetivas coimas e das sanções acessórias seja da competência do presidente da câmara municipal.-----

Publicite-se nos termos legalmente previstos, divulgue-se pelos serviços e a reunião de câmara para conhecimento.-----

Santo Tirso, 13 de dezembro de 2013

O Presidente,



Joaquim Couto (Dr.)

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 26 Fl. 4
23 de dezembro de 2013

b) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte declaração:-----

Reunião de câmara de 23 de Dezembro

Período de Antes da Ordem do Dia

Na última reunião de câmara, a propósito do mapa de pessoal integrado nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, o senhor presidente congratulou-se com o facto da câmara municipal de Santo Tirso, segundo as suas palavras, ter dos mais baixos rácios de pessoal, comparando o número de funcionários por cada 1000 habitantes.

O que afirmou o senhor presidente representa meia verdade! De facto, a câmara municipal de Santo Tirso tem ao seu serviço, enquanto trabalhadores por conta de outrem, cerca de 404 funcionários, e não 370, como erradamente referiu o jornal de negócios no estudo que divulgou. Além disso, e a muito curto prazo, os 15 funcionários que neste momento estão vinculados aos SMAES, passarão para os quadros da câmara, conforme foi já aprovado em reunião do executivo, passando o quadro a ter 419 funcionários.

E porque é que é meia verdade? Porque a este 419 funcionários, temos que somar todas aqueles que estão em prestação de serviços e em outras situações, e são de facto muitos.

Só no espaço de dois meses, ou seja desde que o atual executivo tomou posse, foram adjudicados serviços no valor de quase meio milhão de euros, e não estão incluídos os serviços prestados no âmbito da Incubadora de Design e Moda.

Estamos a falar de serviços que genericamente correspondem a tarefas regulares da câmara municipal, tais como: limpeza da loja do cidadão; limpeza dos WC's do parque da rabada; limpeza dos edifícios da piscina e do pavilhão municipal; apoio às atividades desportivas; etc., etc., etc.

Senhor presidente, meio de milhão de euros, permitiria contratar durante um ano cerca de 50 trabalhadores, com salário médio de 700 euros, já com os correspondentes descontos para a segurança social.

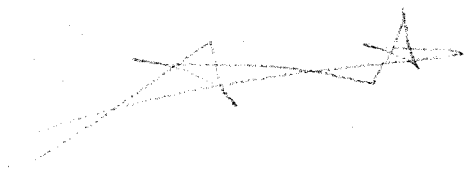
Para além dos contratos de prestação de serviços referidos, não podemos esquecer o pessoal que trabalha nas cantinas das escolas e estão vinculados às

7⁶ A
associações de pais, entidades que assumem responsabilidades que são da
autarquia, e que esta comparticipa sob a forma de subsídio.

Também não podemos deixar de considerar as dezenas de pessoas que estão ao
serviço da câmara, em programas e medidas de emprego, tais como os Contratos
Emprego-Inserção e os Estágios Emprego.

Os vereadores eleitos nas listas do PSD-PPM e os cidadãos em geral, merecem ser
informados com rigor e transparência.

Santo Tirso, 23 de Dezembro de 2013



Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 26 Fl. 7
23 de dezembro de 2013

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23/DEZEMBRO/2013 – ATA Nº 26

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da reunião ordinária de 10/12/2013
- 2 – Aprovação da ata da reunião extraordinária de 18/12/2013
- 3 – Protocolo de cedência de Edifício celebrado entre o Ministério da Administração Interna e o município de Santo Tirso – 2ª Adenda: Ratificação de despacho do presidente
- 4 – Contrato de prestação de serviços para limpeza dos WC's do Percurso das Margens do Ave e do Parque Urbano da Rabada, adjudicado à sociedade M.J. Comércio e Serviços Unipessoal Lda: Regularização dos procedimentos adotados
- 5 – Proposta de atribuição de subsidio à Junta de Freguesia de Água Longa – Aquisição de Trator
- 6 – Proposta de atribuição de subsidio à Junta de Roriz - – Aquisição de Trator
- 7 – Proposta de atribuição de subsídios para festas e romarias
 - À Comissão de Festas de S. Martinho – S. Martinho do Campo
 - À Comissão de Festas de Santo André – Couto (Santa Cristina)
 - À Comissão de Festas de Santa Eulália – Paróquia de Lamelas
 - À Comissão de Festas de Santo André – Vila das Aves
 - À Comissão de Festas de Santa Luzia – Monte Córdova
- 8 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços
 - Proposta de celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a manutenção das instalações das redes de gás das escolas do concelho: Ratificação de despacho do presidente da câmara
 - Proposta de celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a limpeza da “Loja do Cidadão”

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

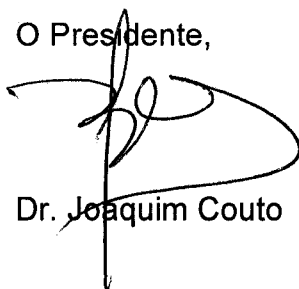
9



- Proposta de celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a limpeza nos WC's do Passeio Pedonal e WC's do Parque da Rabada
- Proposta de celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a limpeza dos edifícios da Piscina e do Pavilhão Desportivo Municipal
- Proposta de celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a disponibilização de técnicos especializados para apoio às atividades desportivas do complexo desportivo municipal

Santo Tirso, 18 de dezembro de 2013

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto



1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10/12/2013.-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia dez do corrente mês de dezembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com nove votos a favor.-----



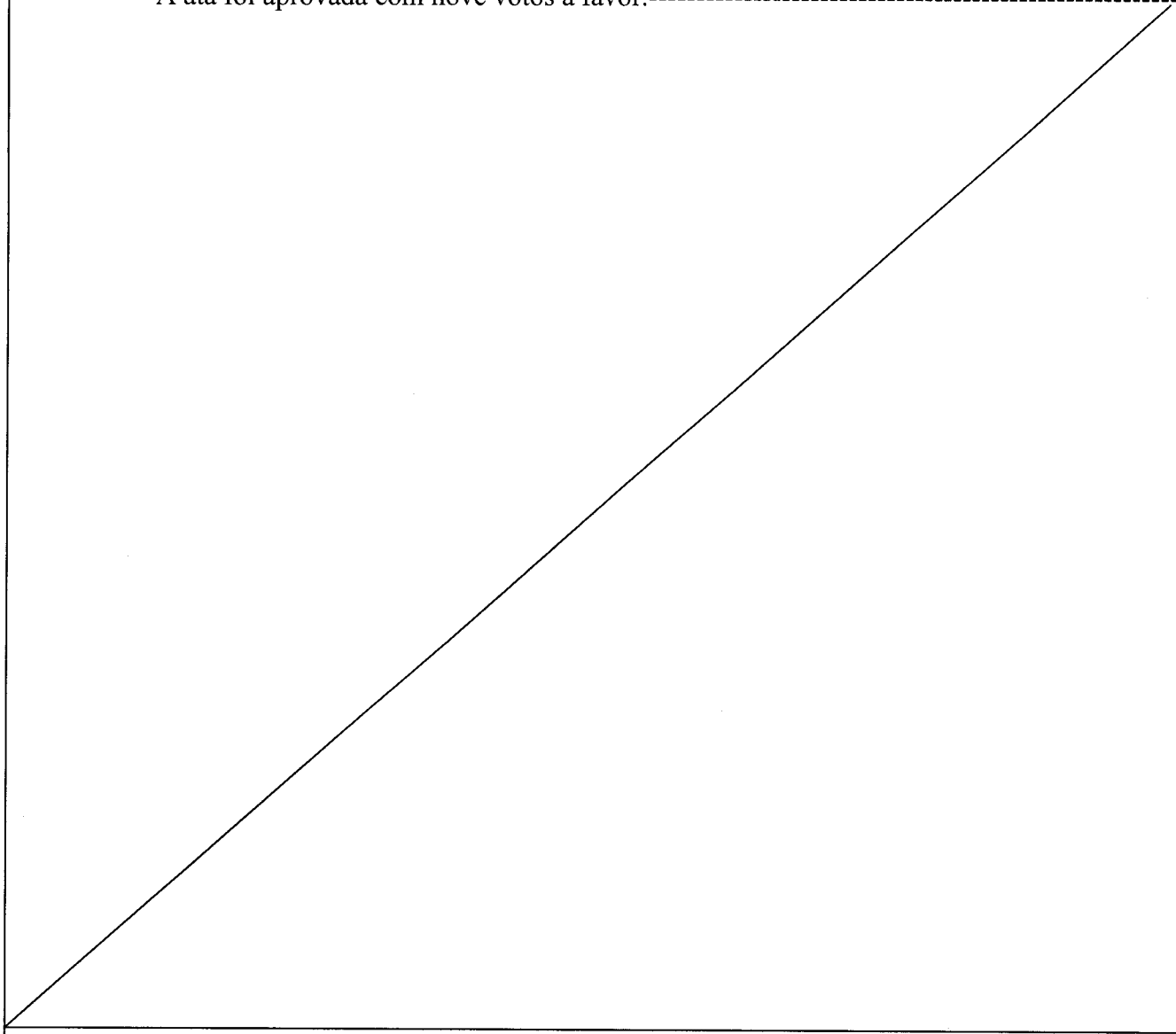
[Handwritten signature]

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18/12/2013.-----

Presente a ata da reunião extraordinária realizada no dia dezoito do corrente mês de dezembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com nove votos a favor.-----





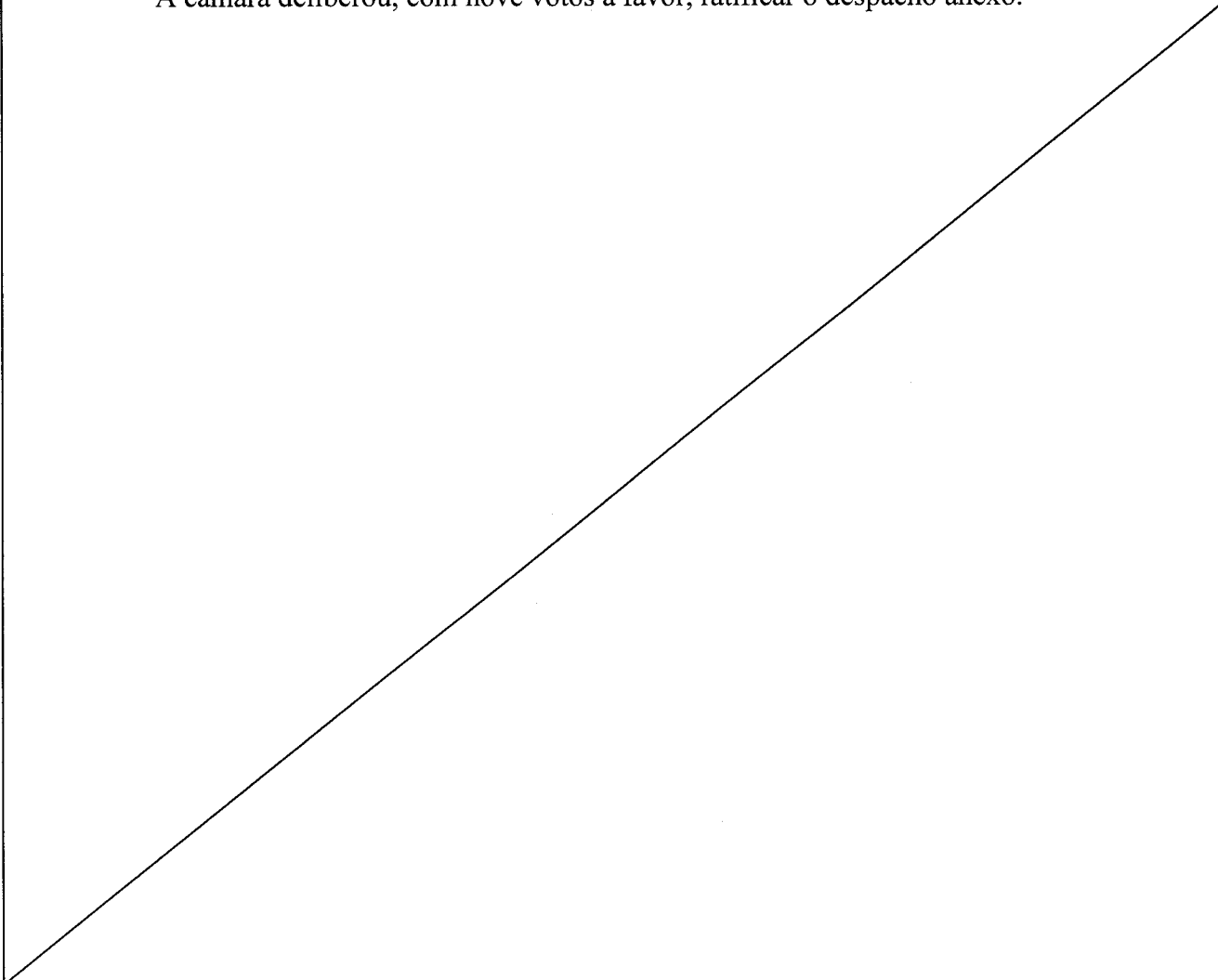
A

7

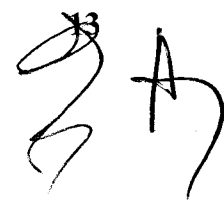
**3. PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO CELEBRADO ENTRE O
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO – 2ª
ADENDA: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----**

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de dezasseis do corrente mês de dezembro, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas, que aprovou a 2ª adenda ao Protocolo de cedência acima referido, que consistiu na alteração da redação da cláusula quinta do mesmo Protocolo, nos termos que constam da minuta anexa ao aludido despacho.-----

A câmara deliberou, com nove votos a favor, ratificar o despacho anexo.-----



DESPACHO



Protocolo de cedência de edifício celebrado entre o Ministério da Administração Interna e o Município de Santo Tirso – 2ª Adenda

Foi celebrado um protocolo de cedência de edifício entre o Ministério da Administração Interna e o Município de Santo Tirso, ratificado pela câmara municipal em 6 de março de 2013, que tem por objeto o financiamento da reabilitação do prédio urbano sito no lugar da Portela, da cidade de Santo Tirso, atualmente inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 6781 da freguesia União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, que veio do anterior artigo 2257, com vista à execução da empreitada denominada "Construção da nova esquadra da PSP de Santo Tirso";

O referido protocolo veio a ser alterado, conforme minuta aprovada pela câmara municipal em reunião de 7 de agosto último, e conforme Portaria nº 752/2013, publicada no Diário da República, 2ª série, nº 219, de 12 de novembro de 2013;

A Direção Geral de Infraestruturas e Equipamentos do Ministério da Administração Interna remeteu o aludido Protocolo para o Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia das despesas a assumir por aquela entidade, que solicitou que fosse introduzido no protocolo a referência ao número compromisso e à classificação orçamental da dotação da despesa, sendo que, por comunicação enviada via e-mail no dia 13 do corrente mês de dezembro, aquela DGIE solicitou a alteração da redação da cláusula quinta daquele Protocolo, nos termos da minuta que se anexa ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha;

O processo tem que ser devolvido ao Tribunal de Contas pela DGIE até ao dia 17 do corrente mês de dezembro;

Pelo que, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decido aprovar a alteração da redação da cláusula quinta do aludido Protocolo, nos termos da minuta anexa.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Ao Serviço de Candidaturas e Gestão de Financiamento para remeter cópia deste despacho à DGIE e agende-se para a reunião ordinária da câmara municipal do próximo dia 23 para ratificação.

Santo Tirso, 16 de dezembro de 2013

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

14

2.ª ADENDA AO PROTOCOLO

CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO

ENTRE:

DIREÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS, entidade titular do NIF 600082512, representada pelo Prof. João Alberto Correia, Diretor-Geral de Infraestruturas e Equipamentos (DGIE), com poderes de representação conferidos pelo Despacho n.º 11311/2013, de 20 de agosto, de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, cujo Ministério tem sede na Praça do Comércio, 1149-015, em Lisboa,

E

MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, entidade titular do NIF 50130670, aqui representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim Couto, com poderes para o efeito,

É celebrada a presente adenda que tem como objetivo introduzir no protocolo celebrado em 24 de janeiro de 2013 e respetiva adenda de 11 de setembro de 2013, a referência ao número de compromisso e à classificação orçamental da dotação da despesa, pelo que a cláusula Quinta do protocolo passa a ter a seguinte redação:

Quinta

1. Os custos com a execução do presente protocolo, com o valor máximo de 1.527.569,04€, serão suportados na totalidade pela DGIE, nos termos das cláusulas seguintes e de acordo com os máximos anuais a seguir discriminados:
 - a. 2013 – 300.029,67€
 - b. 2014 – 1.227.539,37€

2. A despesa, inerente ao PROTOCOLO é suportada pela dotação do Projeto 07355 – Instalações de Cobertura Territorial, da Medida 011, do Programa 007 – Segurança Interna, na rubrica de classificação económica 08.05.01.B0.00, inscrita no Orçamento de Investimento/2013 e repartido pelos anos económicos 2013/2014 conforme Portaria de Extensão de Encargos n.º 752/2013, de 19 de setembro, publicada na 2.ª série do Diário da República de 12 de novembro de 2013, tendo sido cabimentada no ano 2013 com o número 9141300579 e comprometida com o número 9151300518, no valor de € 300.029,67.

A minuta da presente adenda ao PROTOCOLO foi aprovada por Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, em 13 de dezembro de 2013.

Encontram-se, assim, verificados os pressupostos para a celebração da presente adenda ao PROTOCOLO.

Lisboa, ____ de dezembro de 2013

Pela **DGIE**,

Pelo **MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO**



A

7

4. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA POR RECURSO AO AJUSTE DIRETO SIMPLIFICADO: REGULARIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS.-----

Presente informação do departamento administrativo e financeiro, de dezassete do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil duzentos e setenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais relativa aos procedimentos adotados pela subunidade de compras para realização dos seguintes serviços de limpeza:-----

I. Limpeza dos wc's do Percorso das Margens do Ave e do Parque Urbano da Rabada;---

II. Limpeza da Loja do Cidadão;-----

Os procedimentos relativos ao serviço de limpeza referido em I são os seguintes: 320/13, relativo ao mês de fevereiro; 477/13, relativo ao mês de março; 667/13, relativo ao mês de abril; 1689/13, relativo ao mês de maio; 1040/13, relativo ao mês de junho; 1092/13, relativo ao mês de julho; 1437/13, relativo ao mês de agosto; 1482/13, relativo ao mês de setembro; procedimento 1663/13, relativo ao mês de outubro e 1783/13, relativo ao mês de novembro.-----

Foi entretanto requisitado o serviço relativo ao mês de dezembro em curso.-----

O valor global anual da prestação de serviços de limpeza referida em I, correspondente aos procedimentos atrás identificados e aos serviços a prestar no mês de dezembro em curso, é de 8 030,00€ (oito mil e trinta euros), o que excede o valor anual de 5 000,00€ (cinco mil euros), previsto na alínea a) do parecer genérico aprovado pela câmara municipal na reunião de vinte e três de janeiro último (item 17 da respetiva ata), sendo que também não se verificou o requisito correspondente à conclusão da execução do serviço no prazo de vinte dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.-----

Os procedimentos relativos ao serviço de limpeza referido em II são os seguintes: 209/13, relativo ao mês de janeiro; 319/13, relativo ao mês de fevereiro; 502/13, relativo ao mês de março; 666/13, relativo ao mês de abril; 929/13, relativo ao mês de maio; 991/13, relativo ao mês de junho;



A
27

1186/13, relativo ao mês de julho; 1438/13, relativo ao mês de agosto; 1483/13, relativo ao mês de setembro; 1662/13, relativo ao mês de outubro. -----

Foram entretanto requisitados os mesmos serviços relativamente aos meses de novembro e dezembro.-----

O valor global anual da prestação de serviços de limpeza referida em II, correspondente aos procedimentos atrás identificados e aos serviços prestados no mês de novembro findo e a prestar no mês de dezembro em curso, é de 15 000,00€ (quinze mil euros), o que excede igualmente o valor anual de 5 000,00€ (cinco mil euros), previsto na alínea a) do parecer genérico anteriormente referido, sendo que também não se verificou o requisito correspondente à conclusão da execução do serviço no prazo de vinte dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando, conforme resulta do disposto no artigo 22º do Código dos Contratos Públicos, que é admitida a celebração de diversos contratos relativos a prestações do mesmo tipo, suscetíveis de constituírem objeto de um único contrato, correspondendo a cada prestação um contrato separado, desde que o somatório dos respetivos preços contratuais se situe nos limites previstos no n.º 1 do artigo 20º do mesmo código (75.000€), o que é o caso;-----

Considerando que o serviço em causa é prestado com autonomia técnica, não está sujeito à disciplina e direção da câmara municipal, nem implica sujeição a horário de trabalho;-----

Considerando que para a prestação daquele serviço se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;-----

Considerando que a contratação de cada uma das prestações de serviços em causa foi antecedida da devida cabimentação orçamental;-----

Considerando que o preço devido pelos serviços foram sujeitos à respetiva redução remuneratória, por agregação.-----

Propõe-se que a câmara municipal delibere emitir parecer favorável à celebração dos



A

↗

respetivos contratos de prestação de serviços, com eficácia retroativa à data da decisão de contratar.--

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----

Seguidamente pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos a favor deste ponto da ordem de trabalhos porque entendemos que os serviços são relevantes e que a empresa não pode ser prejudicada. No entanto lamentamos que este assunto tenha sido objeto de algum desleixo dos serviços, já que a deliberação que hoje aprovamos tem efeitos retroativos, o que não é normal acontecer, e que por isso só a título excecional aprovamos”.--



A

27

5. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA LONGA – AQUISIÇÃO DE TRATOR.-----

Presente ofício de onze de novembro findo, da junta de freguesia de Água Longa, registado com o número dez mil novecentos e setenta, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com a aquisição de um trator marca Hurliman, modelo XE65 de 62 cv, cujo preço de aquisição é de 29.000,00 € (vinte e nove mil euros).-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A Lei 75/2013, de 12 de setembro, veio aumentar significativamente as atribuições das freguesias, sendo agora da competência própria das respetivas juntas, a manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais; a conservação e reparação da sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais; a gestão e manutenção de parques infantis públicos e equipamentos desportivos de âmbito local, entre outras;-----

Para o exercício dessas competências as juntas carecem de meios adequados, de modo a desenvolver as respetivas atribuições de forma eficiente e eficaz;-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere atribuir à junta de freguesia de Água Longa um subsidio no montante de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros) para ajudar a custear as despesas com a aquisição do referido trator, cujo pagamento será feito mediante a apresentação da respetiva fatura.-----

A despesa será satisfeita pela rubrica orçamental, com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 3020/2013.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com número 3683/2013, de vinte do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----



7

6. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ – AQUISIÇÃO DE TRATOR.-----

Presente ofício de dezanove de novembro findo, da junta de freguesia de Roriz, registado com o número onze mil quatrocentos e sessenta e oito, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com a aquisição de um trator marca John Deere, modelo 5083 de 83 cv, equipado com carregador fronta e reboque, preço de aquisição é de 36.500,00 € (trinta e seis mil e quinhentos euros), mais IVA.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A Lei 75/2013, de 12 de setembro, veio aumentar significativamente as atribuições e das freguesias, sendo agora da competência própria das respetivas juntas, a manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais; a conservação e reparação da sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais; a gestão e manutenção de parques infantis públicos e equipamentos desportivos de âmbito local, entre outras;-----

Para o exercício dessas competências as juntas carecem de meios adequados, de modo a desenvolver as respetivas atribuições de forma eficiente e eficaz;-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere atribuir à junta de freguesia de Roriz um subsidio no montante de 30.000,00 € (trinta mil euros) para ajudar a custear as despesas com a aquisição do referido trator, cujo pagamento será feito mediante a apresentação da respetiva fatura.-----

A despesa será satisfeita pela rubrica orçamental, com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 3018/2013.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com número 3682/2013, de vinte do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----



7. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA FESTAS E ROMARIAS

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição dos subsídios a seguir referidos, em resposta aos pedidos das respetivas comissões de festas:-----

- Comissão de Festas de S. Martinho – S. Martinho do Campo-----

-----400,00 € (quatrocentos euros)

O subsidio destina-se a apoiar a festa em honra de S. Martinho, que se realizou nos dias oito a dez de novembro.-----

A Comissão de Festas é representada por Francisco José Costa Guimarães Silva.-----

- Comissão de Festas de Santo André – Santa Cristina do Couto-----

-----150,00 € (cento e cinquenta euros)

O subsidio destina-se a apoiar a festa em honra de Santo André, que se realizou nos dias trinta de novembro e um de dezembro.-----

A Comissão de Festas é representada por António Gomes da Costa.-----

- Comissão de Festas de Santa Eulália – Lamelas-----150,00 € (cento e cinquenta euros)

O subsídio destina-se a apoiar a festa em honra de Santa Eulália, que se realizou nos dias catorze e quinze de dezembro, na Paróquia de Lamelas.-----

A Comissão de Festas é representada por Artur Jorge Maia Magalhães e Carlos Manuel Silva Martins.-----

- Comissão de Festas de Santo André – Vila das Aves-----

-----150,00 € (cento e cinquenta euros)

O subsídio destina-se a apoiar a festa em honra de Santo André, que se realizou nos dias trinta de novembro e um de dezembro, em Vila das Aves.-----

A Comissão de Festas é representada por Sandra Sofia de Castro Lopes.-----

- Comissão de Festas de Santa Luzia – Monte Córdova-----

-----150,00 € (cento e cinquenta euros)

O subsídio destina-se a apoiar a festa em honra de Santa Luzia, que se realizou nos dias catorze e quinze de dezembro, em Monte Córdova.-----

A Comissão de Festas é representada por Manuel da Silva Ferreira Leal.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme propostas de cabimento números 2949/2013, 2977/2013, 2979/2013, 2978/2013 e 2976/2013, respetivamente.-----

Os compromissos assumidos com a presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade com os números 3613/2013, de 12 de dezembro, e 3639, 3633, 3638 e 3640, todos de dezasseis de dezembro, respetivamente.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----



Os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM fizeram a seguinte declaração de voto:-----

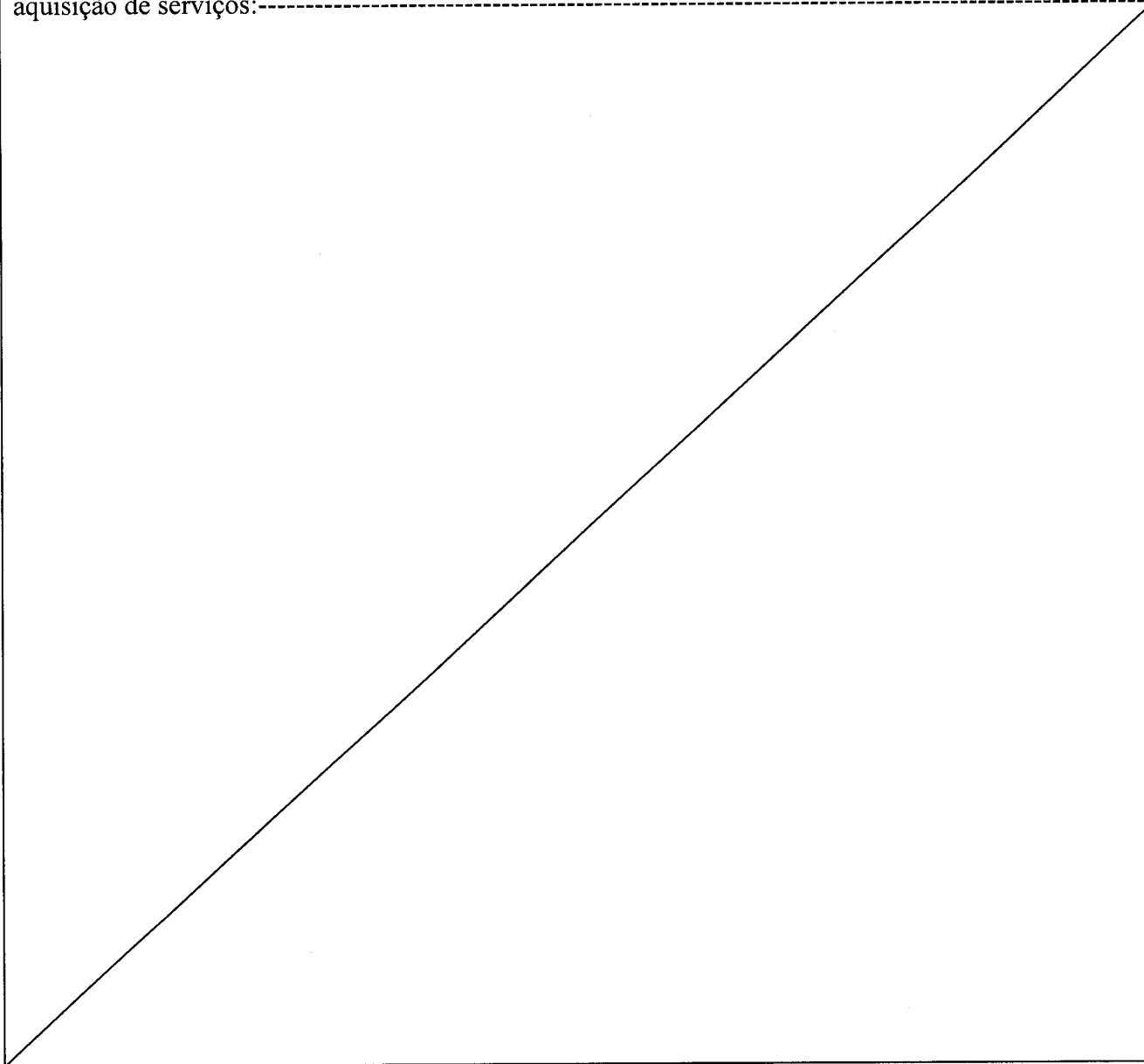
“Subscrevemos esta proposta do executivo camarário obviamente porque estas atividades significam muito para as freguesias, nomeadamente para os moradores e respetivas comissões de festas. Estamos em crer que os valores hoje aprovados têm uma relação direta com os custos/orçamentos destas iniciativas e uma relação direta entre a “grandiosidade” das festas e o montante dos subsídios atribuídos.-----

Ficamos no entanto na expectativa de que sejam clarificados os diferentes critérios para que possam ser entendidos por quem os recebe e especialmente pelas populações”.-----



**8. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.-----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista no n.º 10 do artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e treze, deliberasse dar parecer favorável à celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços:-----





8. A) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DAS REDES DE GÁS DAS ESCOLAS DO CONCELHO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de dezasseis do corrente mês de dezembro, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas, que decidiu dar parecer favorável à celebração do contrato de prestação de serviços em referência.-----

A autorização da assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos anos económicos de dois mil e catorze, e dois mil e quinze, consta da deliberação daquele órgão deliberativo de vinte do corrente mês de dezembro.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o despacho anexo à presente ata.-----

A câmara deliberou, com nove votos a favor, ratificar o aludido despacho.-----

DESPACHO

27
A
A
A

Celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a manutenção das instalações das redes de gás das escolas do concelho

No decurso de 2012/2013 procedeu-se à correção das instalações das redes de gás das escolas do concelho, com vista à realização de inspeções periódicas e respetiva certificação por entidade inspetora, sendo que atualmente todas as escolas do concelho estão certificadas;

Mostra-se agora conveniente a realização de um contrato de manutenção, com os objetivos de manter as instalações e equipamentos em perfeito funcionamento e segurança; otimizar os consumos, procedendo a afinações periódicas dos equipamentos; proceder à manutenção e arranque das caldeiras atempadamente.

Para o efeito será necessário celebrar um contrato de prestação de serviços que terá por objeto a manutenção das instalações das redes de gás das escolas do concelho, conforme informação técnica de 13 do corrente mês de dezembro, do Departamento de Obras Municipais, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;

Nos termos do artº 75º da Lei do Orçamento de Estado para 2012 a celebração do contrato carece de parecer prévio vinculativo da câmara municipal;

Aquela informação foi entregue no departamento administrativo nesta data, ou seja, já depois de elaborada a ordem do dia da reunião extraordinária da câmara municipal convocada para o próximo dia 18;

Sucede que a contratação em causa implica a assunção de compromissos plurianuais, que carece de autorização da assembleia municipal, conforme previsto na alínea c) do nº 1 do artº 6º da lei 8/2012, de 21 de fevereiro;

Ora, a próxima reunião ordinária da câmara municipal está agendada para o dia 23 do corrente mês de dezembro, ou seja, depois da sessão ordinária da assembleia municipal do corrente mês de dezembro, agendada para o próximo dia 20;

Nos termos do nº 1 do artº 50º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da reunião, pelo que este assunto já não pode ser submetido à discussão e votação da câmara municipal na referida reunião extraordinária do dia 17;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

28

A
Z

Não obstante a contratação ser precedida de ajuste direto, ao abrigo do disposto na alínea a) do artº 20º do Código dos Contratos Públicos, mostra-se necessário desenvolver o respetivo procedimento, de modo a que a execução do contrato se inicie em janeiro de 2014;

Considerando que não é possível reunir, em tempo útil, a câmara municipal;

Considerando a competência excecional prevista no nº 3 do artº 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que se verificam todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artº 75º da LOE, decido dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado é de 27 911,11 € (vinte e sete mil novecentos e onze euros e onze cêntimos), mais IVA, para um período de 24 meses, a celebrar com a sociedade Canalizações das Aves, Lda., instalador credenciado para o efeito;

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicável a redução remuneratória de 10% legalmente prevista.

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020225, conforme proposta de cabimento orçamental número 2954/2013, de 16 do corrente mês de dezembro.

Face ao decidido, remeta-se o presente despacho à mesa da assembleia municipal, para inclusão do assunto na ordem do dia da sessão ordinária da assembleia municipal agendada para o dia 20 do corrente mês de dezembro, no que se refere à autorização para a assunção de compromissos plurianuais com o contrato a celebrar, e agende-se para a próxima reunião da câmara municipal para ratificação.

Santo Tirso, 16 de dezembro de 2013

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

8. B) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, TENDO POR OBJETO A LIMPEZA DA LOJA DO CIDADÃO.-----

Presente informação do responsável pela divisão de serviços urbanos, de onze do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil duzentos e oitenta e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 75º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado é de 51.000,00 € (cinquenta e um mil euros), mais IVA, para três anos de vigência, correspondendo ao valor estimado de 17.000,00 € (dezassete mil euros) anuais.-----

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicada a redução remuneratória de 10% (dez por cento) legalmente prevista.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020202, conforme proposta de cabimento orçamental número 2928/2013, de nove do corrente mês de dezembro.-----

Do contrato a celebrar resultam compromissos plurianuais nos anos económicos de dois mil e catorze a dois mil e dezasseis, sendo por isso necessária autorização da assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais com a celebração do referido contrato.-----

O senhor presidente propôs ainda que a câmara municipal deliberasse remeter a presente deliberação à assembleia municipal para efeitos de autorização da assunção de compromissos plurianuais, com eficácia à data da decisão de contratar.-----

As propostas foram aprovadas com nove votos a favor.-----

[Large handwritten diagonal line across the bottom of the page]

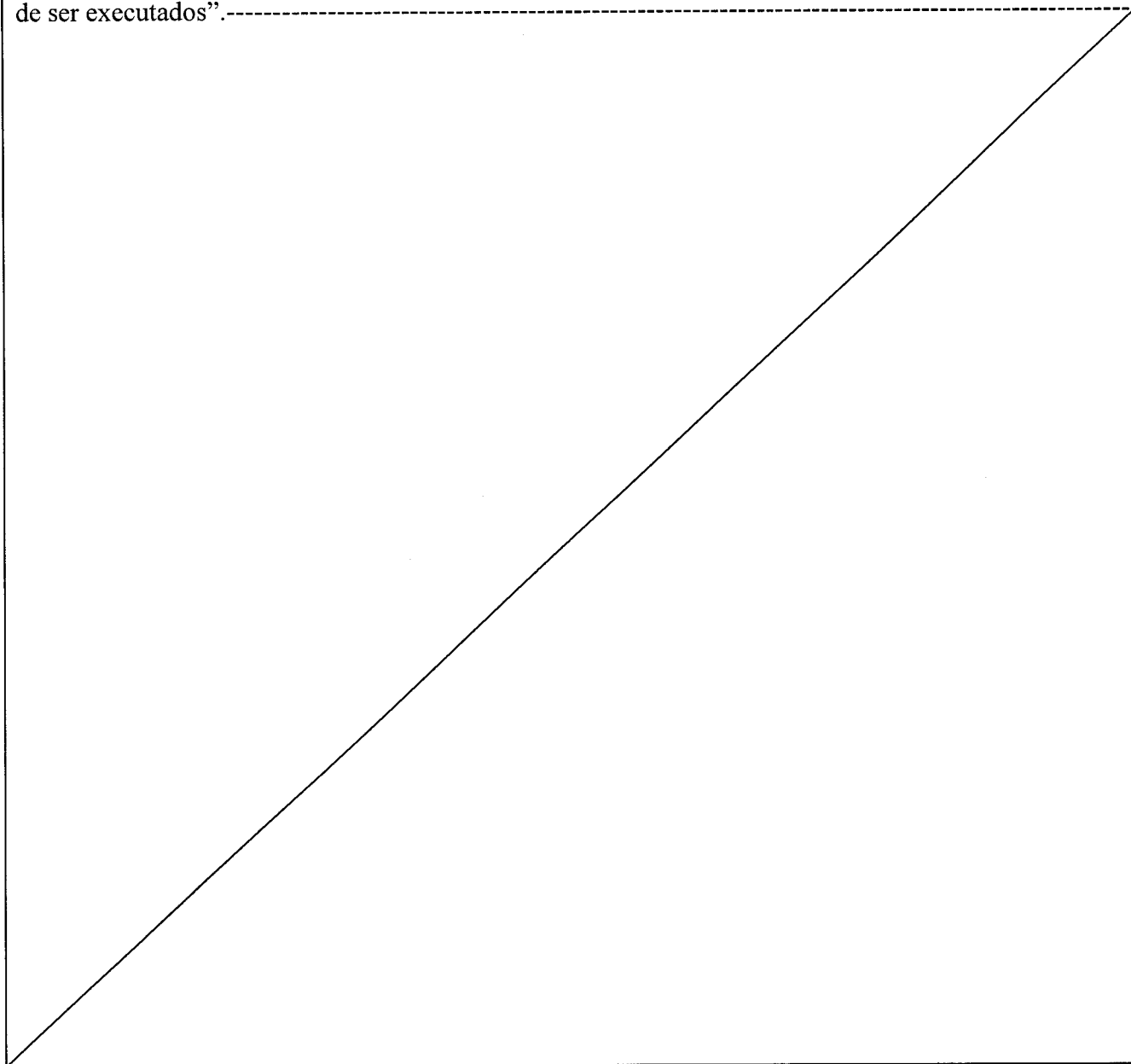


A

27

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a proposta constante do ponto 8.B) porque tomamos como certa a informação prestada pelo senhor presidente e também porque estes serviços não podem deixar de ser executados”.-----





A

7

8. C) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, TENDO POR OBJETO A LIMPEZA DOS WC'S DO PASSEIO PEDONAL E WC'S DO PARQUE DA RABADA.-----

Presente informação do responsável pela divisão de serviços urbanos, de onze do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil duzentos e oitenta e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 75º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado é de 30.000,00 € (trinta mil euros), mais IVA, para três anos de vigência, correspondente ao valor estimado de 10.000,00 € (dez mil euros) anuais.-----

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicada a redução remuneratória de 10% (dez por cento) legalmente prevista.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020202, conforme proposta de cabimento orçamental número 2929/2013, de dez do corrente mês de dezembro.-----

Do contrato a celebrar resultam compromissos plurianuais nos anos económicos de dois mil e catorze a dois mil e dezasseis, sendo por isso necessária autorização da assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais com a celebração do referido contrato.-----

O senhor presidente propôs ainda que a câmara municipal deliberasse remeter a presente deliberação à assembleia municipal para efeitos de autorização da assunção de compromissos plurianuais.-----

As propostas foram aprovadas com nove votos a favor.-----

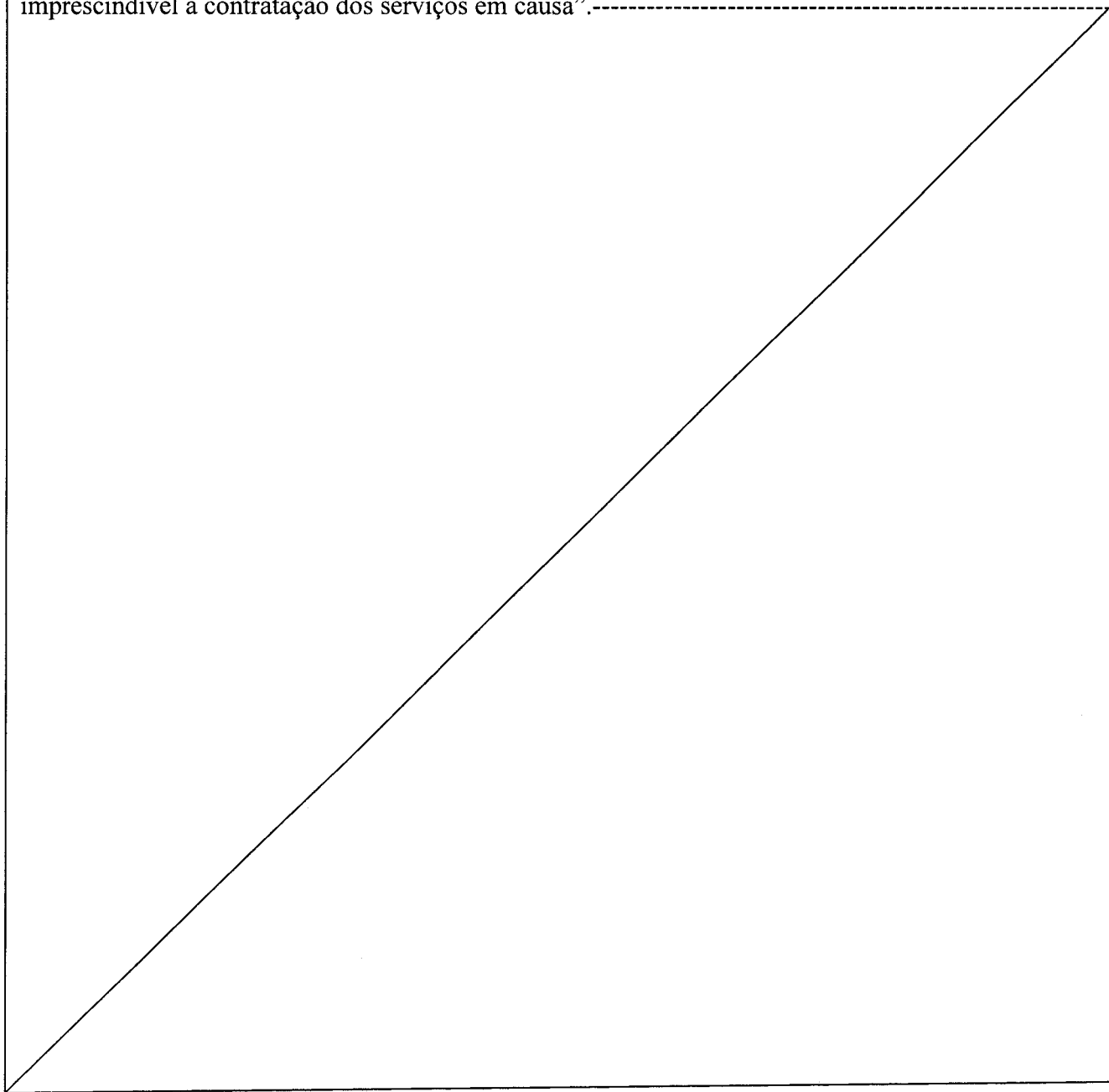


A

2

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Reiteramos a declaração de voto emitida no ponto anterior, sobretudo que a explicação que o senhor presidente deu para a falta de recursos para o exercício destas tarefas torna imprescindível a contratação dos serviços em causa”.-----





A

4

8. D) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A LIMPEZA DOS EDIFÍCIOS DA PISCINA E PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL.-----

Presente informação do departamento de desporto, educação, cultura e ação social, de dezoito do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil duzentos e oitenta e quatro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

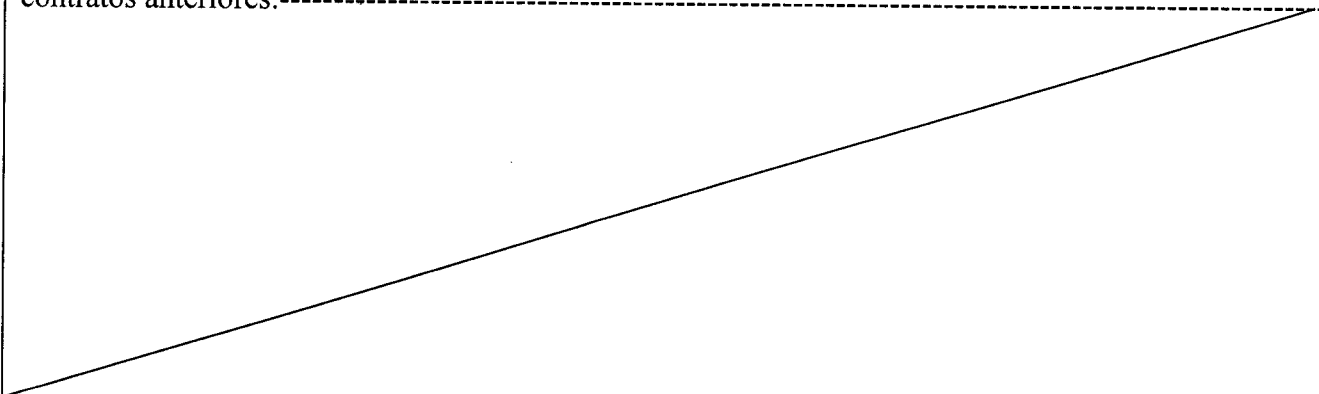
O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 75º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo preço contratual global estimado é de 57.320,00 € (cinquenta e sete mil trezentos e vinte euros), mais IVA, para um contrato com a vigência de um ano (janeiro a dezembro de dois mil e catorze).-----

Sobre a proposta que vier a ser apresentada no respetivo procedimento contratual será aplicada a redução remuneratória legalmente prevista de 10% (dez por cento).-----

A despesa com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020202, conforme proposta de cabimento orçamental número 3019/2013, de vinte do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi dito que votaram favoravelmente, com as razões aduzidas a propósito dos contratos anteriores.-----





A

✓

8. E) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A DISPONIBILIZAÇÃO DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA APOIO ÀS ATIVIDADES DESPORTIVAS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL.-----

Presente informação do departamento de desporto, cultura, educação e ação social, de dez do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil duzentos e oitenta e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

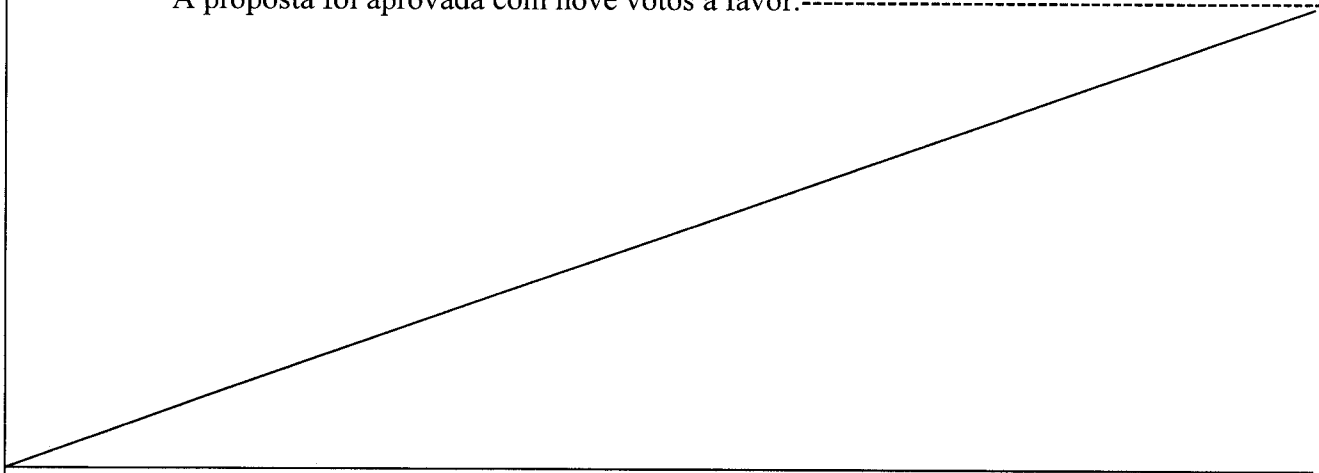
O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 75º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado é de 74.300,00 € (setenta e quatro mil e trezentos euros), mais IVA.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020220, conforme proposta de cabimento orçamental número 3021/2013, de vinte do corrente mês de dezembro.-----

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicada a redução remuneratória de 10% legalmente prevista.-----

O contrato será celebrado com a sociedade RH Portugal – Consultores em Investimentos Humanos, Lda, com a fundamentação constante da aludida informação técnica, e o seu prazo de vigência será durante o ano de dois mil e catorze.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----





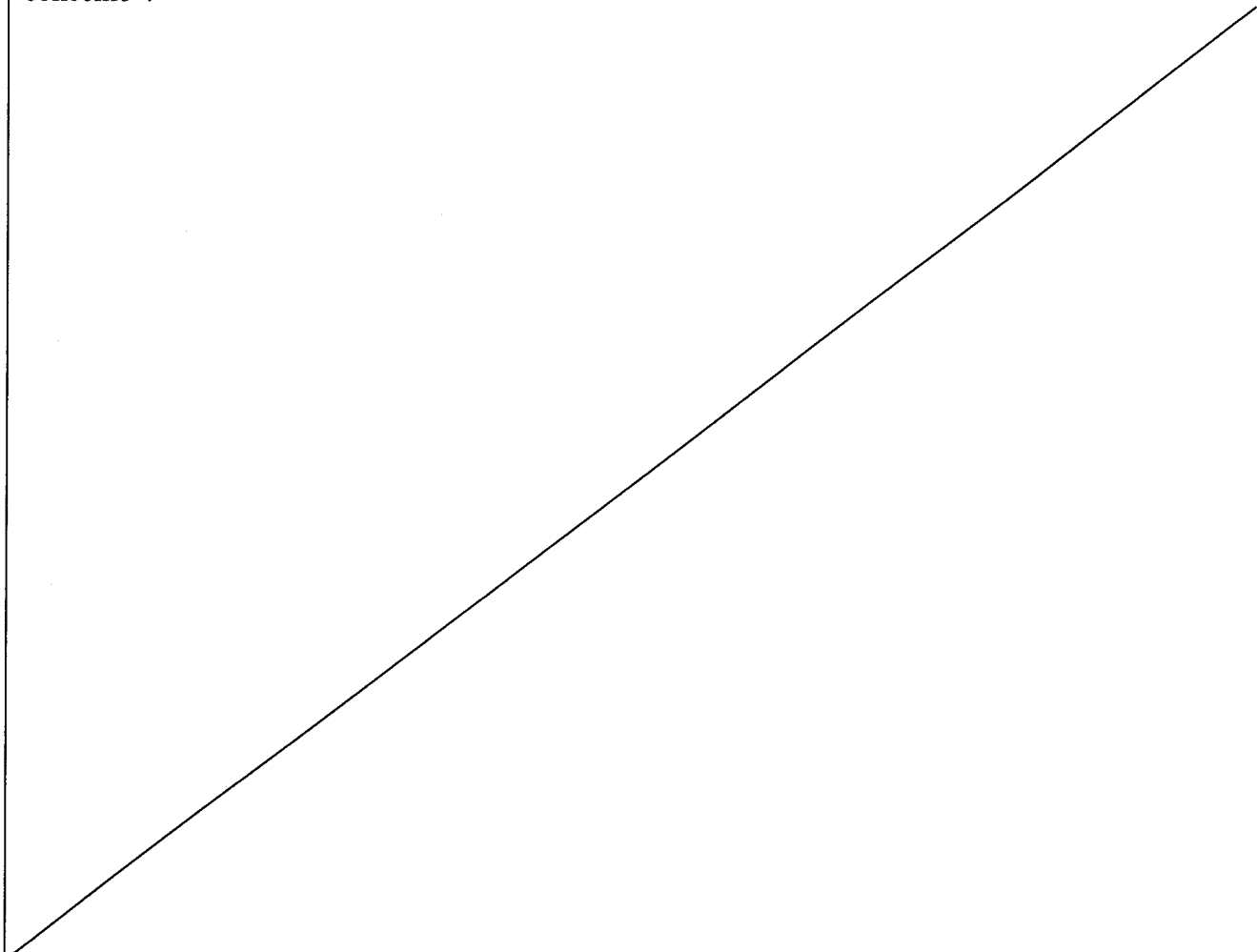
A

2

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente apesar das questões legítimas que colocamos e porque percebemos os constrangimentos à contratação de pessoal por contra de outrem para assegurar a diversidade destas tarefas. Por isso entendemos votar a favor. Não sabemos também se em Santo Tirso existem empresas que possam assegurar estes serviços, mas é óbvio que os serviços da câmara municipal devem ter ou procurar ter essa informação.”-----

Não somos a favor que criem estigmas relativamente a empresas de fora do concelho, mas entendemos que sempre que for possível deve ser privilegiado o recurso a empresas do concelho”.-----





A

R

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

No final da discussão e votação dos assuntos incluídos na ordem do dia da presente reunião, o senhor presidente abriu um período para intervenção do público presente nesta reunião.----

Inscreveu-se para usar da palavra o senhor presidente da junta União de freguesias de Campo (S. Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (S. Mamede), senhor Marco Cunha, que disse, sucintamente, o seguinte:-----

- Registrar com agrado a assunção de mais um compromisso eleitoral com as reuniões descentralizadas e registar também o facto da freguesia cuja junta preside ter sido a primeira a ser escolhida;-----

- Registrar a atribuição do subsidio à Comissão de Festas de S. Martinho do Campo, sugerindo que de futuro os subsídios sejam atribuídos às comissões de festas antes da realização das respetivas festas;-----

- Que a junta de freguesia está a preparar o Orçamento para 2014 e pretendem adquirir uma carrinha, necessária ao desenvolvimento das atribuições da freguesia. Que fará chegar o pedido de subsídio à câmara.-----

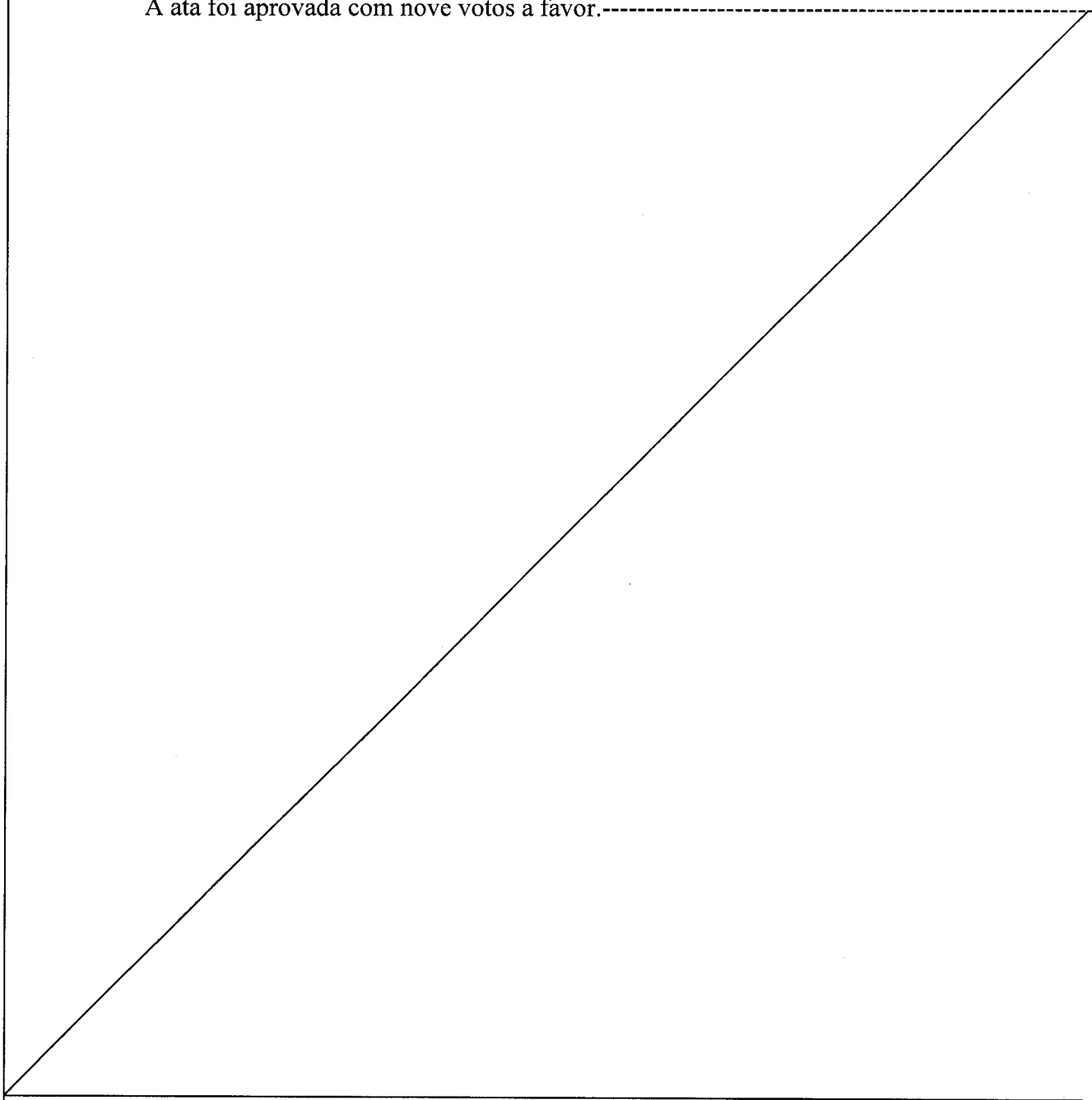


A

27

APROVAÇÃO DA ATA: No final e depois de lida a presente ata, o senhor presidente propôs a aprovação da mesma, de harmonia com o previsto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A ata foi aprovada com nove votos a favor.-----





7

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e cinquenta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem trinta e oito folhas, apenas utilizadas no anverso, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 14/01/2014, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas sete da respetiva minuta).-----

A Secretária,